

Desigualdade entre as taxas de desemprego por gênero no Brasil e sua trajetória entre os anos de 2012 e 2018

Beatriz Machado Marra da Silva ¹

Ana Márcia Rodrigues da Silva ²

Resumo

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho apresenta-se como uma das características mais marcantes da dinâmica do emprego no século XX, porém ainda se observa o grande diferencial na taxa de desemprego entre homens e mulheres no Brasil. Este trabalho busca traçar a trajetória e avaliar fatores associados à taxa de desemprego para ambos os sexos no período de 2012 a 2018. Os procedimentos metodológicos consistem em calcular indicadores básicos do mercado de trabalho através dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua anual para os anos de 2012 a 2018, bem como uma análise de regressão logística. Foi encontrado um resultado crescente da taxa de desemprego para homens e mulheres, discrepância entre a taxa de desemprego feminina e masculina e associações distintas das variáveis entre os gêneros. As mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego do que os homens, visto que a idade diminuiu mais o desemprego masculino que o feminino. Na mesma linha, a razão de chance de homens e mulheres estarem desempregados também é maior para mulheres negras do que para os homens. Os fatores que podem influenciar nessa diferença salarial são a discriminação e a segregação ocupacional.

Palavras-chave: Desemprego feminino, Desemprego masculino, Mercado de trabalho.

Abstract

Brazil's unemployment growth path and the difference between men and women: an analysis from 2012 to 2018

The increasing participation of women in the labor market is one of the most striking features of the employment dynamics of the twentieth century, but there is still a large differential in the unemployment rate between men and women in Brazil. This paper aims to trace the trajectory of the unemployment rate for both sexes from 2012 to 2018 and to analyze their possible motivators. Methodological procedures consist of calculating basic labor market indicators through the microdata of the annual Continuous National Household Sample Survey (PNAD) for the years 2012 to 2018. An increasing result of the unemployment rate for men and women was found and a large discrepancy between the female and male unemployment rate. Young women are more affected by unemployment than men, as age has reduced male unemployment more than female unemployment. In the same vein, the chance of men and women being unemployed is also higher for black women than for men. The factors that can influence this wage gap are discrimination and occupational segregation.

Keywords: Female unemployment, Male unemployment, Labor market.

Códigos JEL: J16, J64, J40.

Introdução

O desemprego é um tema que vem assumindo grande importância dentro das pesquisas atuais e tornando-se um assunto preocupante no Brasil por ter alcançado os dois dígitos a partir do ano de 2016. No período entre 2000 e 2014 o país apresentava uma taxa de desemprego decrescente e a partir de 2015, observa-se uma tendência reversa, em que o valor médio das taxas de desemprego trimestrais saltou de 6,80% em 2014 para 8,50% em 2015 (Ipeadata, 2016).

(1) Mestranda da Universidade Federal de Alfenas – Unifal, Alfenas, MG, Brasil. E-mail: biamaachado@hotmail.com.

(2) Professora da Universidade Federal de Alfenas – Unifal, Alfenas, MG, Brasil. E-mail: ana.rodrigues@unifal-mg.edu.br.

Segundo uma pesquisa divulgada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ano de 2017 apresentou o pior desempenho no mercado de trabalho desde o ano de 2012. De 2014 para 2017 houve um aumento de 96,2% no número de desempregados do país, que atingiu cerca de 13,2 milhões de pessoas (IBGE, 2018).

A economia brasileira vem passando por um período de desaquecimento. No ano de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita diminuiu cerca de 4,60% em relação ao ano de 2014. Em relação ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) observou-se uma alta de 6,41% para 10,67% para os mesmos anos. Esses números demonstram o enfraquecimento da dinâmica econômica nos anos retratados (Pochmann, 2015).

Além da influência da dinâmica econômica, um dos fatores apontados como causa do aumento das taxas de desemprego é o crescimento da população jovem no mercado de trabalho. O desemprego pode ensejar o fim de um ciclo de financiamento da inatividade dos jovens, e isso justifica um aumento da sua participação no mercado, pressionando ainda mais a taxa de desemprego (Santos, 2017).

Outro aspecto que influencia a taxa de desemprego é a inserção feminina na População Economicamente Ativa (PEA) ou Força de Trabalho. A busca por emprego por parte das mulheres, principalmente a partir da Terceira Revolução Industrial, decorre não somente da necessidade de complementação da renda familiar, mas também pelo desejo da mulher em conseguir seu espaço e desempenhar funções que anteriormente só eram realizadas pelos homens (Amaral, 2013).

Essa inserção das mulheres no mercado de trabalho vem se ampliando. No entanto, ainda persiste a discriminação entre gêneros. O crescente aumento da participação feminina na atividade econômica não foi capaz de reverter a desigualdade de gênero no trabalho. As mulheres sofrem com menores salários, com menos direitos trabalhistas em razão dos postos de trabalho que ocupam e isso é acompanhado por maiores taxas de crescimento do desemprego das mulheres em relação aos homens (Leone; Baltar, 2006).

Outro determinante apontado como explicação para essa diferença salarial entre homens e mulheres são as ocupações distintas assumidas por cada um deles. As mulheres geralmente assumem ocupações em setores como educação, saúde e serviços enquanto os homens apresentam maior variedade setorial de empregos. A segregação ocupacional ocorre quando indivíduos com cor e gênero diferentes ficam concentrados em grupos de ocupações distintos apenas por conta da discriminação (Albelda, 1986).

Com isso, este artigo busca traçar a trajetória, bem como, analisar fatores associados à taxa de desemprego para ambos os sexos no Brasil no período de 2012 a 2018. Para o alcance deste objetivo serão realizadas estatísticas descritivas sobre a taxa de desemprego, seguidas de uma análise de regressão logística. Para tanto, serão utilizados dados da PNAD Contínua do IBGE dos mencionados anos.

Além desta seção introdutória, o artigo está organizado em mais quatro seções. A segunda seção descreve brevemente os principais estudos e abordagens teóricas que envolvem o mercado de trabalho no Brasil. A terceira seção apresenta a base de dados e a metodologia utilizada. A quarta seção apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

O mercado de trabalho no Brasil e o desemprego

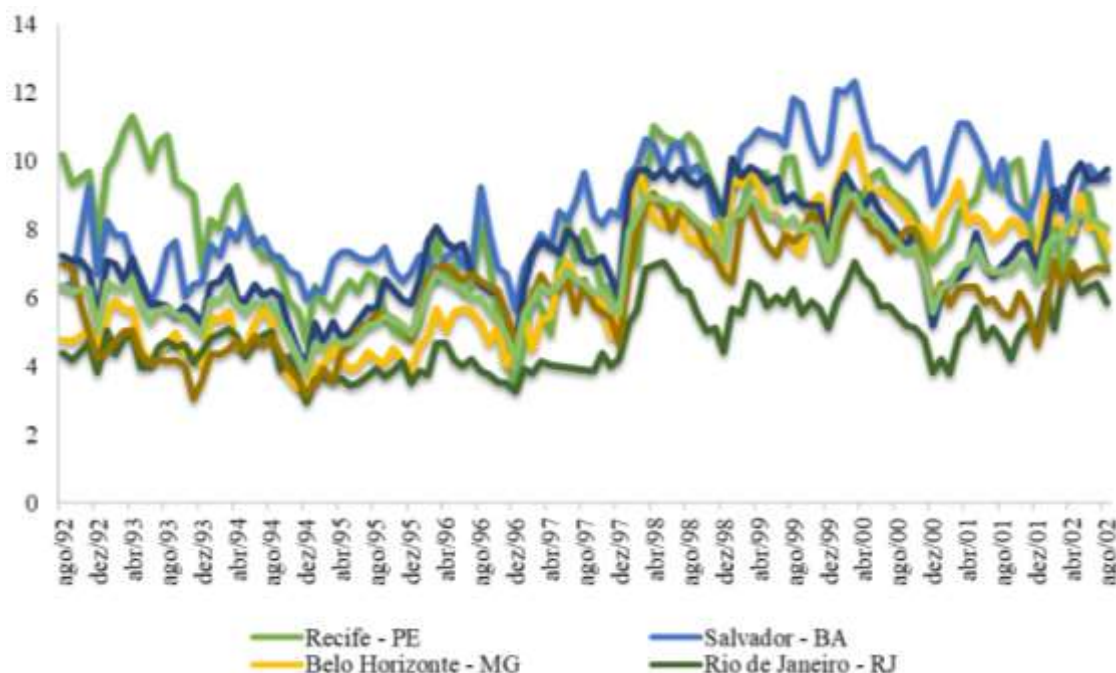
Com relação à definição sobre desemprego, a partir da constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o assunto passou a ser discutido de forma mais ampla. Em 1925, esta instituição consolidou as primeiras diretrizes para a medição do desemprego nos países membros que tinham como objetivo construir normas sociais no campo do trabalho para os diferentes níveis de industrialização de cada país-membro (Stewart, 1933).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) os desempregados são indivíduos que se encontram na situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Esses desempregados podem ser separados em: aberto, oculto por trabalho precário e por desalento. Este artigo utiliza a definição de desemprego aberto, mais comumente empregada na literatura. O desemprego aberto refere-se a pessoas que procuram trabalho de forma efetiva no período de trinta dias e que não exerceram nenhuma atividade nos sete dias antes da pesquisa (Dedecca, 2006).

De acordo com a OIT, as taxas de desemprego aberto no Brasil na década de 1970 eram baixas, tendo uma média anual entre 1,8% e 2,8%. A partir dos anos 1990 a taxa aumentou de forma significativa chegando a 6,5% em 1992. No ano de 2003 o desemprego aberto atingiu cerca de oito milhões de pessoas o que corresponde a 9,1% da População Economicamente Ativa ou População na Força de Trabalho (PEA) (Vargas, 2006).

Gráfico 1

Taxa de desemprego aberto das pessoas de 15 anos e mais de idade – 1992 a 2002 *



Fonte: Elaboração própria com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) dez/1991 a dez/2002.

(*) A forma de cálculo dessa taxa está explicada na metodologia do artigo.

Pelo gráfico apresentado podemos evidenciar a grande diferença das taxas de desemprego entre as regiões metropolitanas do Brasil. As taxas para a cidade do Rio de Janeiro apresentam uma tendência de crescimento bem menor que as taxas de desemprego para a cidade de Salvador. Além disso, podemos observar que todos os estados tiveram um significativo aumento em sua taxa de desemprego entre fevereiro e julho de 2000 e que a cidade do Recife apresentou um pico de crescimento acima da média entre janeiro e novembro de 1993.

Duas características marcantes influenciaram as taxas de desemprego brasileiras. A primeira diz respeito à abertura comercial ocorrida no Brasil na década de 1990. Além dos avanços tecnológicos vindos do exterior, que eram caracterizados por serem poupadores de mão de obra, a concorrência acarretada por um mercado aberto também influenciou a taxa de desemprego do país. Vários setores enfrentaram inúmeras dificuldades advindas desta concorrência, como preços mais baixos, e reduziram seu número de empregados (Vargas, 2006).

Outra grande transição ocorrida no mercado de trabalho brasileiro e que influenciou nas taxas de desemprego, refere-se à passagem de uma economia inflacionária para uma economia com preços estáveis. A constituição do Plano Real trouxe consigo o fim do “imposto inflacionário”, com implicações positivas para a diminuição dos índices de pobreza. Por outro lado, o controle da inflação por meio da política monetária, resultou em um aumento do emprego informal e originou taxas de desemprego aberto maiores (Chahad, 2003).

Barros, Camargo e Mendonça (1997) analisaram a estrutura do desemprego no Brasil com ênfase na variação da incidência e na duração média do desemprego para a região metropolitana de São Paulo, no período de 1982 a 1993, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os resultados encontrados mostraram que as maiores taxas de desemprego estavam concentradas entre jovens, mulheres e trabalhadores sem carteira assinada. Além disso a relação entre a taxa de desemprego e o nível educacional revelou-se com o formato de “U” invertido. Isso significa que o desemprego era maior entre os trabalhadores semi-qualificados (entre 4 e 10 anos de estudo) do que para os trabalhadores não qualificados (entre 0 e 3 anos de estudo). Também foi possível concluir que a taxa de desemprego cai a medida que a idade aumenta, principalmente como reflexo do tempo de experiência.

Vargas (2006) analisou como o desemprego enquanto categoria social no Brasil é marcado pela dimensão de gênero e dos diferenciais que ocorrem nas relações de classe. Foram utilizados dados da PNAD e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e com isso, foram traçados os perfis de desemprego por escolaridade, e por sexo, para a região metropolitana de São Paulo entre 1989 e 1998. Evidenciou-se que as taxas de desemprego entre as mulheres foram mais altas do que as dos homens e isso pode ser explicado, entre outros fatores, por questões culturais e pela estrutura ocupacional da economia, marcada neste período pela redução do trabalho industrial sem que o setor de serviços conseguisse absorver todo o contingente de trabalhadores. Além disso, o setor de serviços, que representa o setor de grande inserção feminina, sofre com uma precariedade econômica e este fato causa uma vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho.

Já na década de 2000, Baltar e Leone (2006) examinaram a diferença na renda do trabalho recebida por homens e mulheres das regiões metropolitanas do Brasil para o ano de 2004. Foram utilizados neste trabalho dados da PNAD e as diferenças de rendimento foram calculadas a partir da mediana da distribuição dos rendimentos. Foi encontrada uma diferença de rendimento entre homens e mulheres maior entre os trabalhadores por conta-própria. Além disso, o diferencial de rendimento por sexo foi maior no emprego formalizado do que entre os não-assalariados. Um dos motivos apontados para essa diferença de rendimentos está nos setores em que homens e mulheres estão distribuídos. A participação feminina no mercado de trabalho está mais presente nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, enquanto os homens apresentam maior variedade setorial de empregos.

Como contribuição mais recente, pode-se citar a pesquisa de Pereira, Maia e Gomes (2018) que analisou a composição do desemprego no Brasil para o período de 2012 a 2016/2017. Foram calculados índices básicos do mercado de trabalho com uso dos dados da PNAD Contínua trimestral de 2012 até o primeiro trimestre de 2017. Os trabalhadores jovens, mulheres, trabalhadores com nível de ensino fundamental incompleto e trabalhadores do Nordeste, foram os que apresentaram maiores taxas de desemprego. No entanto, todos os grupos analisados apresentaram aumento. A principal explicação para este fato de acordo com os autores é a deterioração do mercado de trabalho causada pela crise política ocorrida no país marcada pela transição dos Governos Dilma/Temer. Essa situação causou uma redução do produto e do consumo das famílias, o que refletiu em um aumento da taxa de desemprego do país.

Por fim, acrescenta-se o trabalho de Saboia et al (2019), que teve como objetivo analisar a evolução do mercado de trabalho entre anos de 2012 a 2017 e o período de desaquecimento econômico no Brasil. Utilizou-se informações da PNAD Contínua trimestral para o período de 2012 a 2017. Os resultados econométricos apontaram para uma queda do emprego com carteira assinada e um aumento do emprego informal. Além disso, enfatiza-se que os bons resultados retratados até 2014 foram perdidos a partir de 2015. Os autores indicam a crise econômica como um fator de grande influência neste resultado, no entanto defendem que o rendimento médio dos trabalhadores está diretamente relacionado ao salário mínimo e que políticas públicas de valorização do salário mínimo minimizam os problemas de crise brasileira.

Através da análise desses estudos, pode-se observar que a taxa de desemprego vem aumentando ao longo da última década e que as variáveis de mercado de trabalho se comportam de maneira diferente conforme o gênero, como é o caso das taxas de desemprego do Brasil. Assim sendo, na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada para essa análise.

Materiais e métodos

Para calcular a taxa de desemprego aberto e analisar sua trajetória ao longo do período escolhido neste trabalho, foi utilizada uma metodologia de caráter descritivo com base nos dados da PNAD Contínua entre os anos de 2012 a 2018. A PNAD Contínua pesquisa o mesmo domicílio durante cinco trimestres consecutivos de forma rotacional. Os domicílios selecionados são

pesquisados uma vez por trimestre durante este período de cinco trimestres consecutivos. São investigados mais de 200 mil domicílios distribuídos em cerca de 3.500 municípios (IBGE, 2019).

Para o cálculo da taxa de desemprego aberto foram computados os valores da População Economicamente Ativa ou População na força de trabalho (PEA) e o número de trabalhadores desocupados. No intuito de complementar a análise foi incluído também o número de trabalhadores ocupados para o cômputo da taxa de ocupação, e os dados da População em Idade Ativa ou População em idade de trabalhar (PIA) para calcular a taxa de participação no mercado de trabalho.

A taxa de participação na força de trabalho diz respeito à razão entre quantidade de pessoas economicamente ativas, isto é, que estão inseridas no mercado de trabalho ou buscando um emprego, e pessoas em idade ativa, ou seja, pessoas com 15 anos ou mais. Assim, a taxa de participação é definida da seguinte forma:

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{PEA}{PIA} \times 100$$

A taxa de ocupação representa a razão entre o número de pessoas ocupadas e a PEA. Esta taxa é a seguinte:

$$\text{Taxa de Ocupados} = \frac{\text{População Ocupada}}{PEA} \times 100$$

Por fim, será calculada a Taxa de Desemprego Aberto, dada por:

$$\text{Taxa de Desemprego Aberto} = \frac{\text{Taxa de Desocupados}}{PEA} \times 100$$

A partir destas taxas, será analisada a trajetória do desemprego e do mercado de trabalho no Brasil por gênero, entre os indivíduos adultos no período proposto. Em seguida, foram computados modelos de regressão logística para homens e mulheres com o intuito de verificar os fatores associados às razões de chances dos trabalhadores mulheres e homens estarem em situação de desemprego aberto no período de análise. Para tanto, foi considerado um nível de significância de 5%.

Neste trabalho, a variável de interesse, conforme o sexo foi definida segundo o seguinte critério:

$$y_i = \begin{cases} 1, & \text{se o indivíduo está desocupado, isto é, em situação de desemprego aberto} \\ 0, & \text{se o indivíduo não está desocupado, isto é, se estiver empregado} \end{cases}$$

Admitindo-se que $\pi_i = P(y_i = 1)$, com $0 < \pi_i < 1$, é a probabilidade do trabalhador i se encontrar desocupado, em um modelo binário, a distribuição condicional da variável dependente é representada por uma distribuição do tipo Bernoulli dada por $y_i \sim Ber(\pi_i)$. Deste modo, a probabilidade π_i do trabalhador i estar em situação de desemprego aberto ou desocupado pode ser evidenciada conforme o modelo logístico abaixo:

$$\log_e \frac{\pi_i}{1-\pi_i} = \beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki}, \quad (1)$$

em que,

$\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_k$, representam os parâmetros a serem estimados pelo modelo por meio do método da máxima verossimilhança;

x_{1i}, \dots, x_{ki} , são as variáveis explicativas.

As variáveis explicativas utilizadas neste trabalho são: chefe de domicílio, idade, cor ou raça, idade, e escolaridade.

Com base no modelo logístico pode-se gerar um modelo multiplicativo para obtenção de *odds ratio*, como apresentado abaixo:

$$\frac{\pi_i}{1-\pi_i} = e^{\beta_0} (e^{\beta_1})^{x_{1i}} \dots (e^{\beta_k})^{x_{ki}}. \quad (2)$$

A interpretação dos *odds ratio* obtidos por meio do modelo pode ser feita da seguinte forma: os valores maiores que um, indicam que aumenta a chance do homem ou mulher estar em situação de desemprego aberto conforme a variável analisada. Contudo, os valores menores que um, significam que ocorre uma diminuição da chance de estar em situação de desemprego aberto de acordo com a variável estudada.

Ainda que a PNAD Contínua seja caracterizada por um painel rotacional, neste trabalho optou-se por uma análise de corte transversal ano a ano, ou seja, desde 2012 até 2018. Portanto, foram estimados modelos de regressão logística conforme o sexo (para homens e para mulheres) separadamente para cada ano. Isso foi feito com o objetivo de identificar as diferenças e similaridade das associações entre das variáveis explicativas e a taxa de desemprego aberta conforme o sexo nos anos de análise.

Resultados e discussão

A partir dos dados utilizados chegou-se aos resultados representados abaixo. A Tabela 1 apresenta os valores da PEA, PIA e Taxa de Participação para homens e mulheres no período de 2012 a 2018. Pela Tabela 1 pode-se observar que a participação de ambos os sexos apresentou uma tendência de crescimento expressiva de 2012 para 2013, aumentando de 80,66% no ano de 2012 para 80,73% no ano de 2013 no caso dos homens. No caso das mulheres observou-se um aumento de 57,08% no ano de 2012 para 57,82% no ano de 2013. Isso pode estar relacionado ao aumento da PEA. No ano de 2014, notou-se uma queda na participação feminina e masculina. A taxa de participação das mulheres foi de 57,53% e a dos homens foi de 80,23%, no entanto a PEA para este também apresentou um aumento. Isso pode significar que o número de pessoas buscando trabalho aumentou, porém o número de pessoas que conseguem um emprego não refletiu esse aumento (Pereira; Maia; Gomes, 2018).

Além disso, alguns trabalhos evidenciam uma relação entre fecundidade e produtividade feminina impactando em seus salários. O menor número de horas trabalhadas e uma diminuição no número de anos de experiência são os principais fatores indicados como condicionantes de uma menor produtividade das mulheres que se dedicam aos filhos e as tarefas domésticas e refletem na diferença salarial entre os gêneros (Reskin, 1993).

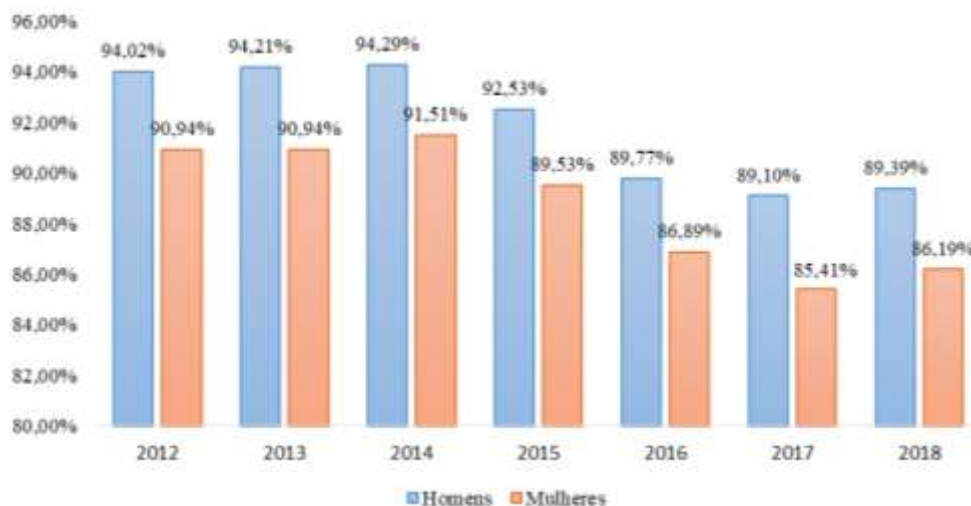
Tabela 1
Indicadores básicos do mercado de trabalho brasileiro – 2012 a 2018

Anos	População em Idade Ativa		População Economicamente Ativa		Participação PEA/PIA(%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	67937296	72652269	54798561	41469594	80,66%	57,08%
2013	68483310	73463587	55286588	42475955	80,73%	57,82%
2014	69691148	74498479	55916221	42860492	80,23%	57,53%
2015	70682078	75222022	57152120	43869249	80,86%	58,32%
2016	71536198	75961258	57591365	44976607	80,51%	59,21%
2017	71700040	76905338	57896366	46235745	80,75%	60,12%
2018	72037498	77204700	58103123	46868164	80,66%	60,71%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua de 2012 a 2018.

Pode-se reforçar a hipótese de que a busca por um posto de trabalho aumentou, porém os trabalhadores não estão encontrando emprego se analisarmos a Taxa de Ocupados ao longo do mesmo período. Para esta confirmação, o Gráfico 2 apresenta o trajeto da Taxa de Ocupados no período de 2012 a 2018.

Gráfico 2
Taxa de ocupados no Brasil – 2012 a 2018

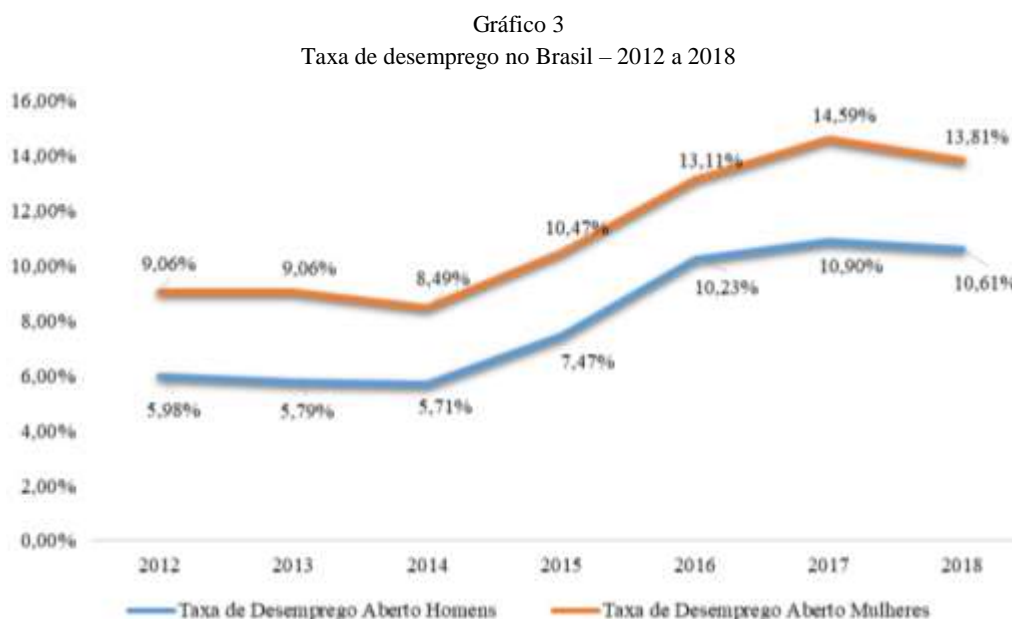


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua de 2012 a 2018.

Pelo Gráfico 2 se observa que a Taxa de Ocupação caiu a partir do ano de 2015, apresentando como menor valor 85,41% para as mulheres no ano de 2017 e 89,10% para os homens no ano de 2018. Também se observa que os maiores valores encontrados para a taxa de ocupados encontram-se

no ano de 2014, sendo de 94,29% para os homens e 91,51% para as mulheres. Isso pode estar relacionado a uma redução do número de pessoas desempregadas neste período. Para confirmar o aumento do desemprego no Brasil calculamos a Taxa de Desemprego Aberto.

No Gráfico 3 apresentamos os resultados deste trabalho. Observando-se no Gráfico 3 a evolução da taxa de desemprego no Brasil, medida a partir da PNAD Contínua, por 6 anos (2012-2018).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua de 2012 a 2018.

Verifica-se que a Taxa de Desemprego Aberto apresentava uma tendência de queda nos anos de 2012 até o ano de 2014, chegando ao valor de 5,71% para homens e 8,49% para mulheres no ano de 2014. Nesse período a população desocupada (1,1 milhão de pessoas) caiu cerca de 6,2% na comparação com o mês anterior. Essa queda pode estar relacionada a um maior dinamismo econômico e uma maior capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho (Foguel; Costa, 2014).

Após 2014 a taxa de desemprego começa a aumentar para ambos os sexos. Esse resultado era esperado, dado que esse período retrata o início de um período de recessão da economia brasileira, em que as taxas de desemprego normalmente aumentam. É importante ressaltar em todo o período estudado a diferença entre as taxas masculina e feminina. Essa diferença demonstra a distinção entre gêneros no mercado de trabalho. As mulheres, ainda que possuam ensino superior tendem a ter mais dificuldade de se colocar em ocupações com remunerações melhores, como resultado da discriminação por gênero (Pereira; Maia; Gomes, 2018).

Outro aspecto apontado como determinante do diferencial entre as taxas de desemprego de homens e mulheres é a dedicação feminina aos afazeres doméstico e aos cuidados com os filhos. A

carga horária dedicada pelos homens ao trabalho remunerado é muito maior do que a das mulheres que precisam dividir seu tempo entre trabalho remunerado e trabalho doméstico. Em consequência, é mais difícil o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como sua ascensão profissional (Andrade, 2016).

Nas tabelas abaixo têm-se os resultados dos modelos de regressão logística que identificam as associações entre as variáveis. Na Tabela 2 estão apresentados os resultados para os homens adultos que participavam do mercado de trabalho.

Na Tabela 2 pode-se observar que os homens chefes de família tinham menores chances de ficarem desempregados do que os não chefes em todos os anos analisados. A razão de chance de um chefe ficar desempregado era 56,90% menor que o não chefe no ano de 2012, 53,90% em 2013, 56,70% em 2014, 53,20% em 2015, 48,30% em 2016, 48% em 2017 e em 2018 era 48,10% menor. Este é um resultado esperado, visto que os chefes são responsáveis financeiramente pelo domicílio e, por isso, possuem menores taxas de desemprego. Nesse sentido, eles tendem a aceitar mais facilmente qualquer tipo de trabalho, ainda que precário, para garantir o sustento para a família.

Tabela 2
Variáveis associadas ao desemprego dos homens no Brasil entre os anos de 2012 e 2018 – modelo de regressão logística

Variáveis	Odds Ratio						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Homens desempregados							
Chefe	0,431*	0,461*	0,433*	0,468*	0,517*	0,520*	0,519*
Idade	0,963*	0,962*	0,963*	0,963*	0,960*	0,965*	0,960*
Cor ou raça							
Preta	1,375*	1,387*	1,309*	1,270*	1,372*	1,416*	1,352*
Amarela	1,166*	1,435*	1,431*	1,264*	1,014*	0,891*	1,283*
Parda	1,247*	1,346*	1,153*	1,163*	1,209*	1,265*	1,333*
Indígena	0,887*	1,810*	0,867*	0,956*	0,678*	1,160*	1,311*
Nível de Instrução							
Fundamental incompleto ou equivalente	0,853*	0,760*	1,036*	0,958*	0,875*	0,928*	0,834*
Fundamental completo ou equivalente	0,788*	0,774*	1,182*	0,962*	0,800*	0,945*	0,752*
Médio incompleto ou equivalente	0,903*	0,822*	1,108*	0,994	0,928*	0,925*	0,800*
Médio completo ou equivalente	0,763*	0,725*	0,969*	0,836*	0,756*	0,722*	0,653*
Superior incompleto ou equivalente	0,641*	0,664*	0,819*	0,810*	0,690*	0,680*	0,603*
Superior completo	0,463*	0,515*	0,619*	0,519*	0,444*	0,443*	0,371*

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua de 2012 a 2018.

Notas: (*) denota p-valor < 0,05.

Na mesma linha de raciocínio, o aumento da idade diminuía a chance dos homens estarem na condição de desempregados. Os resultados foram similares em todos os anos. Essa chance diminuía em 3,7% no ano de 2012, 3,8% em 2013, 3,7% em 2014 e 2015, 4% em 2016, 3,5% em 2017 e 4%

em 2018, conforme o *odds ratio* (Tabela 2). Este é um resultado coerente com a literatura, pois, as taxas de desemprego são maiores entre os jovens do que entre os adultos, conforme já explicitado neste trabalho. Um dos fatores que justificam este fato é a experiência que, em geral, é menor entre os jovens.

Quanto à raça, nota-se na Tabela 2 que os homens brancos foram utilizados como categoria de referência. Em relação aos brancos, a chance de estar desempregado aumentou para todas as demais raças em todos os anos de análise, exceto para os indígenas nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, cuja chance diminuiu em 11,3% em 2012 e 32,2% em 2016, de acordo com o *odds ratio*. Em todos os anos, a chance de estar desocupado era maior entre os homens negros. No ano de 2017, essa chance foi maior em 41,6% (*odds* de 1,416). Este resultado pode evidenciar a discriminação e segregação por raça no mercado de trabalho.

O trabalho de Costa, Sousa e Guimarães (2015) analisou o padrão da discriminação no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras em 2012 e encontrou resultados que demonstraram que existe uma tendência de que mulheres e não brancos recebam, em média, menos que os homens e indivíduos de cor branca, nesta ordem. E que esse fato acontece principalmente por um fator discriminatório.

Ainda com base na Tabela 2, no que diz respeito aos níveis de instrução, os homens analfabetos ou com menos de 1 ano de estudo foram utilizados como categoria de referência. Em relação a esses indivíduos, a chance de estar desocupado era menor em quase todos os demais níveis de escolaridade. Cabe destacar que, a chance dos homens estarem desocupados aumentou em relação àqueles sem escolaridade. Isso foi evidente para os que possuíam níveis de instrução fundamental incompleto ou equivalente, fundamental completo ou equivalente e médio completo ou equivalente no ano de 2014 (*odds ratio* respectivamente 1,036; 1,182; e 1,108). Além disso, os homens com ensino fundamental incompleto ou equivalente, em 2012, possuíam chance 14,7% menor de estarem desocupados, que os homens sem escolaridade. Já entre os homens com ensino médio completo ou equivalente, esta chance era apenas 23,7% menor, refletindo a dificuldade de inserção destes últimos. Em 2018, essas respectivas chances eram de 16,6% e 34,7%.

A menor chance de estar desocupado foi constatada entre os homens com ensino superior completo. Em 2012, a razão de chance era 53,7% menor, 48,5% em 2013, 38,1% em 2014, 48,1% em 2015, 55,6% em 2016, 55,7% em 2017 e em 2018 era 62,9% que os homens sem escolaridade (Tabela 2). Geralmente quanto maior o nível educacional maior a chance do indivíduo estar empregado e maiores são os salários.

Na Tabela 3 estão apresentados os resultados do modelo de regressão logística para as mulheres adultas que participavam do mercado de trabalho.

Tabela 3
Variáveis associadas ao desemprego das mulheres no Brasil entre os anos de 2012 e 2018 –
modelo de regressão logística

Variáveis	Odds Ratio						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mulheres desempregadas							
Chefe	0,831*	0,890*	0,868*	0,892*	0,914*	0,927*	0,920*
Idade	0,943*	0,942*	0,942*	0,940*	0,938*	0,943*	0,945*
Cor ou raça							
Preta	1,572*	1,594*	1,688*	1,467*	1,432*	1,538*	1,546*
Amarela	1,206*	1,456*	1,442*	1,176*	1,224*	1,064*	1,101*
Parda	1,315*	1,364*	1,397*	1,386*	1,335*	1,309*	1,289*
Indígena	1,237*	1,556*	0,829*	0,722*	1,182*	1,163*	1,968*
Nível de Instrução							
Fundamental incompleto ou equivalente	0,967*	1,278*	1,070*	1,107*	1,101*	1,164*	1,066*
Fundamental completo ou equivalente	1,015*	1,179*	1,181*	1,090*	1,155*	1,116*	0,934*
Médio incompleto ou equivalente	1,066*	1,457*	1,398*	1,257*	1,266*	1,227*	1,087*
Médio completo ou equivalente	0,970*	1,192*	1,065*	1,038*	0,931*	0,888*	0,833*
Superior incompleto ou equivalente	0,678*	0,822*	0,728*	0,752*	0,659*	0,683*	0,601*
Superior completo	0,483*	0,676*	0,617*	0,611*	0,492*	0,518*	0,429*

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua de 2012 a 2018.

Notas: (*) denota p-valor < 0,05.

Assim como os homens, as mulheres chefes de família possuíam menor chance de ficarem desempregadas que as não chefes. Contudo, nota-se que esta chance foi reduzida em apenas 16,9% em 2012, 11% em 2013, 13,2% em 2014, 10,8% em 2015, 8,6% em 2016, 7,3 em 2017 e 8% em 2018 (Tabela 3). Comparadas aos homens, estas diferenças foram significativamente maiores, conforme os *odds ratio* apresentados na Tabela 2.

O estudo de Guimarães (2013) que realizou uma análise dos rendimentos por setor e por níveis regionais no Brasil, apontou que independentemente do setor ou região, as mulheres ganham em média menos que os homens, controlando por setor de ocupação e região a diferença salarial por sexo é de no mínimo 36,31% na média.

Na mesma linha de raciocínio da análise da Tabela 2, na Tabela 3 observa-se que a chance das mulheres ficarem desempregadas diminuía com o aumento da idade. As chances foram similares as dos homens. No ano de 2012 a razão de chance era menor em 5,7%, 5,8 em 2013 e 2014, 6% em 2015 e 6,2% menor em 2017. No ano de 2017, essa chance era menor em 5,7% e 5,5% em 2018. Nota-se que estes resultados são superiores aos apresentados para os homens. Isto pode indicar que a idade é um fator ainda mais importante para a inserção da mulher do que para a inserção do homem, ou seja, a mulher jovem provavelmente se depara com dificuldades ainda maiores de encontrar um emprego que o homem.

A Tabela 3 permite evidenciar ainda que a razão de chance das mulheres estarem desempregadas também é maior entre as demais raças do que entre as mulheres brancas, exceto entre as indígenas nos anos de 2014 e 2015, cuja chance se reduz respectivamente em 17,1% e 27,8%, de acordo com os *odds ratio*. Na maioria dos anos, a chance das mulheres se encontrarem na condição

de desemprego aberto era maior entre as negras. No ano de 2012, a razão de chance era 57,2% maior para as mulheres negras do que para as mulheres brancas. Em 2018, a razão de chance era 54,6% maior. Neste mesmo ano, a maior razão de chance foi identificada entre as mulheres indígenas, pois o *odds ratio* era de 1,968, indicando que essas mulheres possuíam 96,8% mais chances de estarem desempregadas que as mulheres brancas. Ao comparar estes resultados com os encontrados para os homens, nota-se que as chances das mulheres negras estarem desempregadas eram ainda maiores que as dos homens negros. A comparação dos *odds* das Tabelas 2 e 3 permitem confirmar este resultado.

Com relação ao nível de escolaridade, diferentemente dos homens, a chance das mulheres estarem desempregadas, em geral, foi maior com o aumento da escolaridade, salvo algumas diminuições em anos específicos, conforme pode ser visto na Tabela 3. No ano de 2013, a chance das mulheres com ensino médio incompleto ou equivalente estarem desocupadas aumentou em 45,7% em relação às mulheres sem escolaridade. Neste mesmo ano, a razão de chance aumentou em 19,2% entre as mulheres com ensino médio completo ou equivalente. Isto denota maior ocupação das mulheres analfabetas e com menos de um ano de estudo no mercado de trabalho neste ano, do que entre as mulheres com uma escolaridade intermediária. Situação similar foi encontrada nos anos de 2014 e 2015.

Em 2016, as mulheres com ensino médio incompleto ou equivalente possuíam 26,6% mais chances de estarem desocupadas do que as mulheres sem escolaridade. Todavia, quando o nível de escolaridade aumentou para ensino médio completo ou equivalente a chance era menor em 6,9%. No ano de 2018, a razão de chance era maior em 8,7% entre as mulheres com ensino médio incompleto ou equivalente e menor em 11,2% entre as mulheres com ensino médio completo ou equivalente.

De acordo com a Tabela 3, a chance da mulher estar desempregada diminuiu em relação àquelas sem escolaridade, na maioria dos anos, entre as mulheres com ensino superior incompleto e completo. Ainda assim, essa diminuição é inferior à evidenciada para os homens na Tabela 2, sendo 51,7% em 2012 e 57,1% em 2018, para as mulheres com ensino superior completo em relação às mulheres sem escolaridade.

Os resultados das regressões permitem concluir que as mulheres apresentam uma desvantagem em relação aos homens em algumas variáveis e que as mulheres chefes de família, jovens, negras e escolarizadas possuem menores chances de estarem empregadas no mercado de trabalho brasileiro. Isso pode estar relacionado a uma influência da discriminação ou a segregação ocupacional sofrida pelas mulheres.

O trabalho de Matos e Machado (2006) analisou a evolução da discriminação por cor e sexo no período de 1987 a 2001 e encontrou resultados semelhantes. Em termos de rendimentos a pior situação é das mulheres negras, por possuir menor escolaridade do que mulheres brancas estão mais sujeitas a segregação e discriminação ocupacional, acabando dessa forma ocupando postos de trabalho mais precários.

Considerações finais

O presente estudo buscou analisar a trajetória do desemprego no Brasil de 2012 a 2018 e avaliar fatores associados com o desemprego feminino e masculino. Foram examinados os indicadores do mercado de trabalho com base nos dados da PNAD Contínua no período de 2012 a

2018. Observou-se um aumento expressivo das taxas de desemprego a partir do ano de 2015. Neste período, o país passou por uma profunda recessão econômica com uma crise política, uma redução do produto e do consumo das famílias, o que refletiu em uma deterioração do mercado de trabalho e uma diminuição expressiva do número de empregados do Brasil.

Além disso, foi possível observar as diferenças de gênero que acontecem no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres desde a Segunda Guerra Mundial começaram a ganhar uma participação maior na PEA, no entanto esta participação não reflete um aumento na taxa de ocupação feminina. Esta pode ser uma das explicações encontradas para a taxa de desemprego entre as mulheres maior do que entre os homens.

Ademais, pode-se evidenciar a discriminação e a segregação que influenciam essa diferença. As mulheres além de apresentarem uma taxa de desemprego maior, normalmente recebem remunerações diferentes e este fato está ligado principalmente a questões culturais e as posições ocupadas. Mulheres com filhos, por exemplo, são muito discriminadas e muitas vezes consideradas sem responsabilidade, por estarem preocupadas com seus filhos. Da mesma maneira, as mulheres geralmente ocupam posições que não proporcionam uma ascensão profissional e que apresentam remunerações mais baixas.

A chance de desemprego é menor entre chefes de domicílio, mas a diminuição é mais acentuada para homens do que para mulheres. As mulheres jovens também são mais afetadas pelo desemprego do que os homens, visto que a idade diminuiu mais o desemprego masculino que o feminino. Na mesma linha, a razão de chance de homens e mulheres estarem desempregados também é maior entre as demais raças do que entre homens e mulheres na cor branca, sendo a chance da mulher negra estar desempregada superior a dos homens. Além disso, a chance da mulher estar desempregada diminui com o aumento dos anos de escolaridade em relação àquelas sem escolaridade. Ainda assim, essa diminuição é inferior à evidenciada para os homens.

Desta forma, conclui-se que o governo e as empresas precisam reconhecer o papel feminino na geração de conhecimento e buscar políticas de valorização da mulher no mercado de trabalho para diminuir essa discrepância.

Referências bibliográficas

AMARAL, G. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis*, v. 8, n. 2. <https://doi.org/10.5216/ir.v2i13.22336>.

ANDRADE, T. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade*. Estudo Técnico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Jul. 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade. Acesso em: 21 set. 2019.

BARROS, R.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. *A estrutura do desemprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 478).

CHAHAD, J. Tendências recentes no mercado de trabalho pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, 2003.

COSTA, E. M.; SOUSA, D. T.; GUIMARAES, D. B. Decomposição dos diferenciais de rendimentos por cor e gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise por níveis ocupacionais nas regiões metropolitanas. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CEARÁ EM DEBATE 2015. 1 ed. Fortaleza: IPECE, 2015, p. 8-369.

DEDECCA, C. S. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 46-57, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FOGUEL, M. N.; COSTA, J. S. M. Mudanças nos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro: uma análise com base nas PNADs de 2001 a 2013. Nota Técnica Ipeadata, *Anais eletrônicos...* Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5897/1/nt_n19_mudancas.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo*. Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED. São Paulo, ago. 2003. (Nota Técnica, n. 9).

GUIMARÃES, D. B. *Avaliações de abordagens metodológicas da equação de rendimentos aplicadas em cenários selecionados no mercado de trabalho*. 117f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil: 2012 a 2017*. Rio de Janeiro, 2018. 13p. Acesso em: 14 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LEONE, E.; BALTAR, P. Diferenciais de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2006.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F., Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987 – 2001). *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jun. 2006.

OIT. *Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra: OIT, 1972.

PEREIRA, G. G.; MAIA, K.; GOMES, M.R. A composição do desemprego no Brasil de 2012 a 2016/2017: uma abordagem regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 46., 2018, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_I/i3-732a365028163b790704defb5806f05a.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29 n. 85, 2015.

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro. In: TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.307-353.

SABOIA et al. *Mercado de trabalho, salário mínimo e distribuição de renda na desaceleração e crise do período 2012/2017*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2019. (Texto para Discussão, n. 004/2019).

SANTOS, F. S. Ascensão e queda do desemprego no Brasil: 1998 a 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais eletrônicos...* Foz do Iguaçu: UFPR, 2013. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/113-a25aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

STEWART, B. The International Labor Organization and unemployment. In: ANNAL of the American Academy of Political and Social Science. New York: Sage Publications, 1933. v. 166.

VARGAS, F. Desemprego feminino: vulnerabilidade e invisibilidade nas trajetórias do trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt09-16/3286-fvargas-desembrego/file>. Acesso em: 12 ago. 2019.